



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

**Intervenção Inicial do Governador Carlos da Silva Costa na
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República¹
29 de Junho de 2012**

Senhor Presidente da COFAP, Dr. Eduardo Cabrita,
Senhoras e Senhores Deputados,
Muito boa tarde.

Nesta intervenção inicial gostaria de tecer algumas considerações genéricas sobre os dois grandes temas que motivam esta audição anual do Governador do Banco de Portugal: a evolução da economia portuguesa no último ano e os seus desafios imediatos e de médio prazo; e o balanço da actividade do Banco de Portugal em 2011, perspectivada à luz da “Linhas de Orientação Estratégica 2011-2013”, que oportunamente anunciámos.

I. A Economia Portuguesa – Garantir a estabilidade para alicerçar um crescimento sustentado

A evolução da economia portuguesa em 2011 foi marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A economia portuguesa vinha acumulando importantes desequilíbrios macroeconómicos, alimentados por um aumento do endividamento do setor público, das empresas e das famílias assente em níveis crescentes de alavancagem do sistema bancário e numa crescente dependência do financiamento dos mercados financeiros internacionais, quer directamente quer através do sistema bancário.

Em 2000, o endividamento do setor público situava-se em torno de 50% do PIB, confortavelmente abaixo do limite previsto no Tratado da União Europeia. No espaço de uma década, o rácio quase duplicou, situando-se em 93% do PIB, em 2010. Entre meados dos anos 90 e 2010, a posição de

¹ Versão para apresentação.

investimento internacional sofreu um acentuado agravamento, tendo passado de cerca de -10% para -107% do PIB e, por seu lado, a dívida externa bruta da economia portuguesa aumentou de 64% para 230% do PIB. No mesmo período, de 2000 a 2010, o rácio de transformação do sistema bancário, medido pela relação entre o crédito concedido e os depósitos captados, aumentou de um valor próximo de 65% para cerca de 160%.

Estes indicadores são em si uma boa ilustração da posição de vulnerabilidade em que se encontrava a economia portuguesa para fazer face à crise financeira internacional e aos efeitos de contágio da situação de outras economias da área do euro.

Num contexto de crescimento muito reduzido do produto potencial, esta trajetória de endividamento externo da economia portuguesa conduziu a um avolumar de dúvidas por parte dos investidores financeiros internacionais quanto à capacidade de Portugal para cumprir o serviço da dívida, dúvidas que se foram acentuando até ao encerramento do mercado do mercado financeiro internacional, tornando inevitável o pedido de assistência financeira internacional em abril de 2011.

A conjugação de fatores que explica a evolução da economia portuguesa desde meados da década de 90 é hoje bem compreendida.

Desde meados da década de 90, a economia sofreu dois choques muito significativos: em primeiro lugar, e mais importante, o choque associado à integração monetária e financeira na área do euro e à correspondente alteração de regime económico. Em segundo lugar, o choque decorrente do alargamento da União Europeia e da intensificação do processo de globalização.

A melhoria muito substancial das condições de financiamento associada ao processo de integração monetária e financeira conduziu a uma forte expansão do crédito ao setor privado e à diminuição da poupança. O consumo, em particular de bens duradouros, e o investimento, muito concentrado no setor da construção, aumentaram significativamente. A expansão da despesa privada, sem contrapartida num reforço de capacidade produtiva, teve como consequência um aumento muito significativo das importações, um desvio de recursos internos para o setor de bens não transacionáveis, um agravamento dos custos unitários de trabalho e o surgimento de défices persistentes da balança corrente.

Em segundo lugar, o alargamento da União Europeia e o processo de globalização determinaram, por um lado, uma intensificação da concorrência nos mercados internacionais e na captação de

investimento estrangeiro e, por outro, um aumento do preço internacional das matérias-primas, com impacto negativo sobre o desequilíbrio externo da economia portuguesa.

Os desequilíbrios gerados por estes dois choques foram agravados por uma política orçamental quase sempre pró-cíclica e pela ausência de uma política macroprudencial - factores que foram tanto mais determinantes quanto operaram num quadro estrutural desfavorável, caracterizado por reduzidos níveis de *stock* de capital físico e capital humano e por importantes elementos de rigidez no funcionamento dos mercados do produto e de trabalho, designadamente nos setores protegidos da economia.

Ainda que tal não atenua a nossa responsabilidade individual, é importante notar que outros países da área do euro registaram evoluções semelhantes. A natureza comum dos choques, uma visão benigna sobre o mecanismo de ajustamento no quadro da união económica e monetária (UEM) e um modelo de inconsistente governo da UEM contribuíram para o surgimento de desequilíbrios persistentes entre diversos países da união monetária e, em última instância, estiveram na origem da crise sistémica com que hoje se confronta a área do euro.

Com efeito, durante vários anos, predominou nos círculos académicos e políticos e nos mercados financeiros a ideia de que desequilíbrios persistentes da balança corrente no seio da união monetária não constituíam motivo de preocupação, sendo o resultado esperado de uma integração mais profunda entre países com diferentes níveis de desenvolvimento económico. A citação seguinte, extraída de um artigo publicado por dois reputados economistas europeus, Olivier Blanchard e Francesco Giavazzi em 2002, é bem ilustrativa deste pensamento:

“The fact that both Portugal and Greece are members of both the European Union and the euro area ... and the fact that they are the two poorest members of both areas, suggest a natural explanation for today’s current account deficits. ...” (Blanchard, O. and F. Giavazzi (2002), *“Current account deficits in the euro area: The end of the Feldstein-Horioka Puzzle?”*).

Esta perspetiva benigna, que não teve em conta a inconsistência interna de um modelo de governo da UEM que assenta na manutenção/salvaguarda da soberania orçamental dos países da área do euro, na exclusão do incumprimento por parte dos soberanos (“no-default”), na interdição de resgates (“no bail-out”) e na irreversibilidade da adoção do euro (“no-exit”), foi a mesma que induziu a resposta acomodatória dos mercados financeiros e dos decisores económicos face aos desequilíbrios emergentes no interior da zona euro.

Por outro lado, a integração monetária na área do euro depois da criação do mercado único financeiro não induziu a criação de um sistema bancário transnacional no quadro da zona euro. Os sistemas financeiros permaneceram de base essencialmente nacional e continuaram a ter um peso dominante na tomada de dívida emitida pelo respetivo soberano no mercado financeiro internacional e a garantia da estabilidade financeira de cada um dos sistemas bancários nacionais continuou dependente da capacidade do respetivo estado para, em caso de necessidade, assegurar a respectiva capitalização. Instalou-se, assim, dentro da zona euro, uma situação de mútua dependência entre Estados e sistema bancário com os correspondentes riscos de contágio: do soberano para os bancos, através da dívida pública, e dos bancos para o soberano, através das necessidades de capitalização. Uma situação que passou despercebida durante os tempos benignos da designada “Great moderation”.

Com o desencadear da crise económica e financeira internacional e a sua transmissão dos EUA à Europa, a atenção dos investidores passou a estar focada nos desequilíbrios macroeconómicos das economias periféricas da área do euro, nas inconsistências e fragilidades do modelo de governo da moeda única e na correlação entre o risco soberano e o risco do setor bancário. E, à medida que a sua desconfiança se acentuou, assistiu-se, por um lado, a um agravamento da desigualdade das condições de acesso dos diferentes soberanos e dos diferentes sistemas bancários nacionais aos mercados financeiros internacionais e, por outro, a um desaparecimento do mercado interbancário da área do euro. Como reflexo, emergiu uma união monetária heterogénea, com diferenciação acentuada entre países da zona euro nas condições de acesso ao financiamento e uma crescente dificuldade na transmissão da política monetária convencional do Eurosistema. Para restabelecer o funcionamento do mecanismo de transmissão monetária, o BCE adoptou as designadas medidas não convencionais de cedência de liquidez aos bancos da zona euro.

Assim como as origens da crise comportaram uma dimensão nacional e uma dimensão europeia, também o processo de ajustamento terá que passar por profundas reformas nestes dois planos.

No plano europeu, o reforço dos mecanismos de disciplina orçamental e a criação do mecanismo europeu de estabilidade são duas decisões que visam tornar mais robusto o modelo de governo da UEM. São necessários passos adicionais. E, no imediato, importará dar os passos necessários para quebrar de forma credível e efectiva a interação negativa entre o financiamento dos soberanos e do sistema bancário. Esta mútua dependência, que se no quadro da zona euro se transformou num ciclo vicioso de contágio recíproco, exige que se desligue as “fortunas” dos bancos e dos soberanos. Para o

efeito, há que completar a união monetária com uma união bancária, que contemple uma autoridade europeia e um processo integrado de supervisão e mecanismos partilhados de garantia de depósitos, de resolução e de capitalização dos bancos.

No plano nacional, o ajustamento passa pela consolidação durável das contas públicas, pela criação de condições de estabilidade financeira e pela transformação estrutural da economia. Estes são precisamente os três pilares em que assenta o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal.

O desafio é difícil mas o caminho percorrido no último ano começa a dar frutos. A avaliação da execução do PAEF pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional confirma que o Programa tem sido globalmente cumprido, garantindo-se, assim, a continuidade do financiamento à economia.

Em 2011, o défice das administrações públicas situou-se confortavelmente abaixo do limite máximo de 5.9% previsto no PAEF, ainda que beneficiando de medidas de carácter extraordinário de montante significativo.

No plano estrutural, foi dado início a um conjunto de alterações do quadro regulamentar cobrindo áreas tão diversas como o setor financeiro, justiça, política de concorrência e mercado de trabalho.

O setor bancário prosseguiu o processo de desalavancagem e o reforço da solvabilidade. Os níveis de capitalização dos bancos melhoraram substancialmente, prosseguindo a tendência evidenciada desde 2008. O rácio *Core Tier 1* situou-se em 9,6%, no final de 2011, melhorando 1.5 p.p face a 2010. O sistema bancário respeitou, assim, com ampla margem, o limite mínimo de 9% para o rácio *Core Tier 1* fixado no programa para 2011. Para a evolução verificada contribuíram quer o aumento dos fundos próprios *core* – designadamente através de operações de conversão de dívida em capital e de políticas de retenção de resultados – quer as operações de recompra de dívida titulada e, sobretudo, o processo de desalavancagem prosseguido pelos bancos. Com efeito, o rácio entre o crédito e os depósitos dos 8 maiores grupos bancários portugueses situou-se, no final do ano, ligeiramente abaixo de 130%, o que representa uma redução de cerca de 30 p.p. face ao valor máximo registado em junho de 2010. Como é sabido, o Programa estabelece como objetivo indicativo um rácio de 120% no final de 2014.

O processo de ajustamento dos balanços do setor público e privado induziu, como seria expectável, uma forte contração da procura interna e uma contração da atividade económica, que atingiu 1.6%, em 2011. Em contrapartida, as exportações de bens e serviços tiveram um desempenho particularmente favorável, observando-se ganhos de quota de mercado e uma crescente diversificação dos produtos exportados e dos mercados de destino. Neste contexto, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa reduziram-se substancialmente, passando o défice conjunto da balança corrente e de capital de 8.9%, em 2010, para 5.2% do PIB, em 2011.

A evolução desfavorável da atividade económica, o aumento do prémio de risco, o fecho dos mercados financeiros internacionais e as restrições de balanço enfrentadas pelo setor bancário traduziram-se numa contração do crédito interno à economia. O comportamento agregado do crédito esconde, no entanto, uma elevada heterogeneidade entre empresas e setores. As empresas sem acesso ao mercado de crédito externo, tipicamente mais pequenas e com risco mais elevado, e o setor de bens não transacionáveis, mais penalizado pela contração da procura interna e pelo ajustamento estrutural em curso, registaram uma queda mais significativa no crédito. Por seu turno, as empresas com melhor posição financeira conseguiram assegurar o seu financiamento, em parte através do recurso ao mercado de crédito externo.

A situação no mercado de trabalho deteriorou-se significativamente em 2011 e continua a agravar-se em 2012. O emprego voltou a cair e a taxa de desemprego aumentou para 12.7%, em 2011. O desemprego incide de modo predominante nos indivíduos de baixas qualificações e mais velhos, cuja dificuldade em encontrar um emprego tem vindo a agudizar-se nos últimos anos. Nestas condições, o desemprego estrutural continuou a aumentar, facto que tornou a sua redução ainda mais premente.

A estagnação do produto e da produtividade total dos fatores, a queda do investimento, tanto de raiz como de expansão, e o fenómeno da segmentação do mercado de trabalho traduziram-se, ao longo da última década, num aumento continuado da taxa de desemprego e de redução do volume de emprego. Assim, importará situar e equacionar a evolução recente do mercado de trabalho no quadro destas tendências de natureza estrutural, muito embora tendo, obviamente, presente que a forte contração da procura interna ajuda a explicar a queda do emprego e o aumento do desemprego. A questão essencial reside no facto de a economia portuguesa não estar actualmente a criar emprego em termos líquidos. O emprego criado é esmagadoramente temporário, que pela sua natureza e precariedade, não potencia o crescimento da produtividade nem induz o investimento em capital humano.

O desafio mais imediato da economia portuguesa passa por garantir as condições que permitam retomar o financiamento de mercado da economia portuguesa. Para tal, há que assegurar a execução rigorosa dos compromissos do Programa e há que contribuir para que a evolução institucional no plano europeu permita restabelecer a confiança dos mercados na moeda única.

No médio prazo, o grande desafio é tornar Portugal num país mais produtivo e gerador de emprego.

No final do horizonte do Programa, os níveis de endividamento, público e privado, permanecerão muito elevados. O que significa que a necessidade de disciplina financeira do setor público e dos restantes agentes económicos terá de prosseguir para além do Programa. Será necessário prosseguir o ajustamento dos balanços dos setores residentes e este processo continuará a condicionar a evolução da procura interna.

Todavia, importará ter presente que o ajustamento dos balanços do setor público e privado é uma condição necessária mas não suficiente para que a economia portuguesa escape a um processo prolongado de empobrecimento relativo. Uma trajetória de crescimento sustentado implica um reequilíbrio da afetação de recursos na economia assente na expansão do setor transacionável que, por sua vez, depende da captação de investimento.

A economia portuguesa tem um reduzido grau de abertura, atendendo à sua dimensão relativa, sendo a penetração das exportações portuguesas particularmente reduzida nas áreas geográficas onde se perspetiva um maior crescimento nos próximos anos. Este facto, aliado à elevada capacidade disponível e ao ajustamento em curso dos custos relativos, sugere que existe um potencial muito significativo para um crescimento económico assente nas exportações.

A materialização deste potencial de crescimento não será, no entanto, automática, cabendo ao Estado um papel catalisador e, ao setor privado, o papel de protagonista da transformação da economia.

Do Estado espera-se que seja fundamentalmente regulador e garante do cumprimento das regras de funcionamento da economia de mercado, assegurando o *level playing field* indispensável a que os preços relativos exerçam eficazmente o seu papel sinalizador. A atuação do Estado deve ser de molde a reduzir a incerteza (nomeadamente através da estabilidade da estrutura e dos níveis de tributação), melhorar a qualidade do enquadramento institucional e aumentar a transparência na economia, fatores críticos para a atração de investimento. Para esse efeito, é necessária uma administração

pública estável, altamente qualificada e prestigiada e, por outro lado, um modelo de organização e de gestão que assente no binómio delegação/responsabilização e num alinhamento de incentivos que privilegie a produtividade e a eficiência na prestação dos serviços públicos.

Ao setor privado cabe definir estratégias de resposta eficaz aos desafios da concorrência externa, às oportunidades de mercado e à evolução do conhecimento e da tecnologia, afetando os recursos às melhores oportunidades. No atual contexto de forte concorrência a nível global, a sobrevivência das empresas exige uma capacidade de adaptação permanente, que passa pela introdução de desenvolvimentos tecnológicos e pela definição de estratégias de renovação e de crescimento. Essas estratégias, em muitos casos, exigirão o recrutamento de agentes de absorção de conhecimento, de incorporação de tecnologia e de reformulação dos modelos de organização e gestão, bem como a abertura a novos acionistas e parceiros que permitam criar as condições operacionais e da capital que conduzam a um patamar mais elevado na cadeia de valor.

As infraestruturas e serviços de apoio estão disponíveis, os investimentos no setor não transacionável foram feitos, há agora que rentabilizá-los criando capacidade no setor transacionável da economia.

A evidência demonstra que há uma relação consistente entre, por um lado, a capacidade de inovação das empresas e, por outro, as competências/qualificações dos trabalhadores e as formas de organização e as estratégias dessas empresas. Enquanto principais recetores de trabalhadores qualificados, as empresas deverão intensificar a sua articulação com o sistema educativo e de formação profissional, manifestando as suas necessidades de conhecimentos e aptidões e apostando na investigação e desenvolvimento. Num momento de rotura de paradigmas científicos e tecnológicos, a capacidade de inovação determina o lugar que um país ocupará no quadro de especialização do comércio internacional. Por isso, a articulação das empresas com o sistema nacional de inovação (o triângulo “educação/formação profissional/I&D) e o redirecionamento deste último para a realidade do tecido empresarial e, em particular, para as necessidades que decorrem de uma abordagem estratégica e prospetiva do tecido produtivo, são factores decisivos no sucesso do programa de transformação estrutural da economia portuguesa.

É também preciso que as empresas reforcem os respectivos níveis de autofinanciamento. Uma estratégia assente na alavancagem máxima e na distribuição de lucros é uma estratégia míope porque é limitativa e não contempla a necessidade de uma resposta a novos desafios. Os elevados rácios de alavancagem das empresas portuguesas, quando comparados com os das empresas na maioria dos

países na Europa continental, traduzem uma dupla fragilidade do nosso tecido empresarial: uma fragilidade financeira, na medida em que as empresas são particularmente vulneráveis a alterações nas condições de financiamento; e uma fragilidade estratégica, dado que uma elevada alavancagem é inconsistente com a salvaguarda da capacidade de resposta às alterações na respectiva envolvente e, por consequência, fragiliza o crescimento sustentado da empresa.

Refira-se, a este propósito, que o Programa prevê que sejam definidas medidas que encorajem a diversificação das formas de financiamento do setor empresarial: uma das metas estruturais definidas na sequência da terceira avaliação consiste precisamente na apresentação pelas autoridades portuguesas, até final de julho, de uma proposta neste domínio. O Programa coloca igualmente ênfase na operacionalização das alterações recentemente introduzidas ao Código de Insolvências e Recuperação de Empresas. Esta é, também, uma meta estrutural.

Permitam-me que conclua esta introdução sobre a economia portuguesa sublinhando que a atual crise fornece uma oportunidade, que não podemos desperdiçar, para prosseguirmos uma estratégia de desenvolvimento que coloque a economia portuguesa numa trajetória de convergência sustentada com os níveis médios de rendimento *per capita* na Europa.

O objetivo prioritário deve ser o de criar as condições para que Portugal possa assumir-se como uma economia de mercado estável e altamente competitiva no quadro da área do euro. A circunstância do ajustamento em curso ter como pano de fundo o envelhecimento da população e o reforço da integração a nível europeu e global, duas tendências de médio e longo prazo com profundas implicações económicas, aumenta a urgência e relevância deste desafio.

Passaria agora, se me permitem, a uma breve apresentação da atividade do Banco de Portugal em 2011.

II. Atividade do Banco de Portugal em 2011

Como resulta claramente do que tenho vindo a expor, o contexto em que o Banco de Portugal desenvolveu a sua atividade, em 2011, foi particularmente difícil e exigente.

Para além dos desenvolvimentos a nível nacional e internacional a que já aludi, é de destacar, no plano institucional, a entrada em vigor da nova arquitetura europeia de supervisão financeira, com destaque para o Comité Europeu de Risco Sistémico (na vertente macroprudencial) e as Autoridades Europeias de Supervisão dos setores bancário, de seguros e de valores mobiliários (nas vertentes prudencial e comportamental).

Neste contexto, e atendendo às responsabilidades que lhe estão atribuídas, o Banco de Portugal desenvolveu, no início de 2011, um exercício de planeamento estratégico e estabeleceu quatro linhas gerais de orientação para o período 2011-2013 :

1. Estabilidade financeira no contexto europeu;
2. Contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema;
3. Organização e gestão eficiente dos recursos; e
4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade.

Passo a referir, de forma sucinta, os elementos centrais desta estratégia e os principais progressos alcançados em 2011:

1. Estabilidade financeira no contexto europeu

No domínio da estabilidade financeira, as prioridades do Banco de Portugal estão orientadas para o cumprimento das medidas do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) na esfera de atuação do Banco; o reforço da eficácia da regulação e supervisão do sistema financeiro nas suas diversas vertentes (macroprudencial, prudencial e comportamental); a promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos; e uma atuação pró-ativa no âmbito da representação internacional e da cooperação com os restantes supervisores financeiros nacionais.

O Programa integrou e aprofundou a estratégia que o Banco de Portugal vinha já seguindo para assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional. Esta estratégia assenta em quatro pilares fundamentais:

- Reforçar a base de capital dos bancos;
- Assegurar a liquidez do sistema bancário;
- Reforçar o acompanhamento do setor bancário;
- Reforçar o quadro regulamentar.

Formatted: Indent: Left: 1.25 cm

Em 2011, registaram-se progressos assinaláveis em todos estes domínios.

Conforme tive já oportunidade de referir, os níveis de capitalização do sistema bancário melhoraram substancialmente, prosseguindo a tendência evidenciada desde 2008. Paralelamente, os bancos continuaram o processo de desalavancagem, traduzido numa redução substancial do rácio entre o crédito e os depósitos.

A transparência sobre a situação do sistema bancário foi significativamente reforçada pela realização de um vasto programa de inspeções à qualidade dos ativos dos bancos, que contou com envolvimento de auditores externos e parceiros internacionais; pela divulgação de um novo indicador de crédito em risco, alinhado com os padrões internacionais; e pela melhoria do reporte estatístico sobre o endividamento dos particulares e empresas.

Também o quadro regulamentar foi amplamente melhorado, com a aprovação de legislação relativa ao acesso dos bancos a capital público, à intervenção corretiva, resolução e liquidação das instituições de crédito e ao sistema de garantia de depósitos.

Na estratégia de salvaguarda da estabilidade financeira, destaca-se também a dinamização da formação financeira, enquanto elemento essencial para prevenir a assunção de riscos excessivos por parte dos clientes bancários e para reforçar a eficiência do sistema financeiro. Uma informação rigorosa, transparente e completa sobre os produtos e serviços comercializados pelas Instituições de Crédito é essencial para promover o funcionamento eficiente dos mercados bancários de retalho. No âmbito da literacia financeira - área de importância crescente - os esforços desenvolvidos traduziram-se, em particular, na aprovação do Plano Nacional de Formação Financeira, uma iniciativa conjunta do Banco de Portugal e dos restantes supervisores financeiros nacionais, sob a coordenação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Merece, também, destaque a realização, em novembro de 2011, da 1ª Conferência do Banco de Portugal sobre Literacia Financeira, dando a conhecer os resultados do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa e promovendo a reflexão e o debate sobre este tema. O Banco de Portugal iniciou ainda a publicação de desdobráveis sobre os direitos e deveres dos clientes bancários na contratação de crédito aos consumidores e de depósitos bancários, distribuídos através dos balcões das instituições. O Relatório de Supervisão Comportamental de 2011, divulgado em maio de 2012, apresenta de forma detalhada a atuação do Banco na regulação e fiscalização dos mercados bancários de retalho e no desenvolvimento de projetos de formação financeira.

2. Contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema

No âmbito da contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema, o Banco de Portugal cumpriu os objetivos a que se tinha proposto. A sua atuação abrangeu, designadamente, os seguintes domínios: estudos e aconselhamento económico; execução da política monetária; gestão dos ativos financeiros e do ouro; sistemas de pagamentos; emissão monetária; estatísticas e funções de reporte; e relações e cooperação internacional, em particular com os países lusófonos.

Merecem particular destaque as atividades relacionadas com a participação do Banco no processo de decisão de política monetária do Eurosistema. Neste âmbito, o Banco teve um envolvimento ativo na definição de medidas de política não convencionais e no acompanhamento da evolução da situação de liquidez das instituições residentes, em particular, dos planos de redução da necessidade de financiamento junto do Eurosistema, de modo a assegurar um processo de desalavancagem gradual e ordeiro.

Na esfera dos sistemas de pagamentos, o Banco desenvolveu ações no quadro dos objetivos estabelecidos para 2011, no sentido de melhorar a superintendência daqueles sistemas e garantir o bom funcionamento do *TARGET2-PT*, a par dos objetivos relacionados com o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema.

Na área das estatísticas, foram especialmente relevantes os exercícios de resposta aos novos requisitos de informação identificados no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Para essa resposta, contribuiu significativamente o reforço da articulação dos sistemas de informação

micro que reside nas bases de dados da Central de Balanços, da Central de Responsabilidades de Crédito e do Sistema Integrado das Estatísticas de Títulos.

A atividade de cooperação do Banco de Portugal conheceu também progressos assinaláveis em 2011, com o alargamento do perímetro geográfico e das valências temáticas da cooperação, de modo a envolver todo o espaço da lusofonia (incluindo o Brasil) e a cobrir mais profundamente outras áreas-chave, como a supervisão ou a contabilidade.

DRAFT

3. Organização e gestão eficiente dos recursos

As prioridades do Banco de Portugal quanto à organização e gestão dos seus recursos são: o reforço do modelo organizativo interno, a melhoria contínua dos processos de negócio e de gestão e dos meios tecnológicos utilizados, e a valorização e motivação dos colaboradores do Banco.

Em 2011, o Banco efetuou várias adaptações na sua estrutura interna e nos seus processos, com o objetivo de aumentar a eficácia da sua atuação e incorporar as melhores práticas.

No domínio da governação interna, destaca-se a reorganização da função de supervisão, que se traduziu na criação de três departamentos distintos, dedicados, respetivamente, à supervisão prudencial, à supervisão comportamental e à averiguação e ação sancionatória. A autonomização destas três esferas da supervisão reflete as orientações e recomendações de várias entidades internacionais e da União Europeia e incorpora, tal como tem acontecido em outros Estados-membros, as melhores práticas e as lições decorrentes da crise financeira internacional que teve início em 2007.

A criação da figura do Consultor de Ética, por seu turno, veio consubstanciar o reforço dos princípios de integridade e valores éticos.

No plano dos processos, o Banco de Portugal tem atribuído uma importância crescente à segurança e gestão do risco operacional, com o fim de mitigar a possibilidade de ocorrência de acontecimentos que afetem de forma gravosa a capacidade para atingir os seus objetivos, a sua situação financeira, ou a sua imagem e reputação.

No domínio dos sistemas de informação, além de diversos projetos de natureza transversal, o Banco desenvolveu, em 2011, diversos projetos para dar resposta às crescentes exigências de tratamento de informação nas áreas da supervisão prudencial, da estatística e dos sistemas de pagamentos.

A gestão dos recursos humanos continuou a orientar-se para o objetivo de garantir, de forma sustentável, um quadro técnico com capacidade para responder aos crescentes desafios e novas responsabilidades do Banco, especialmente no âmbito da supervisão e regulação do sistema financeiro e no quadro do PAEF. Naturalmente, o Banco de Portugal também não se alheia do contexto difícil em que vive a sociedade portuguesa. Por essa razão, o Conselho de Administração, de forma autónoma e por imperativo de solidariedade, decidiu acompanhar o esforço de ajustamento que o país está a fazer, adotando medidas de contenção salarial, as quais, a par de outras ações de

racionalização de natureza transversal, se traduziram, em 2011, numa redução significativa dos custos com pessoal. No relatório de atividade e contas do Banco relativo a 2011 pode observar-se que este objetivo foi plenamente atingido, tendo-se materializado na redução de cerca de 8% dos custos com pessoal.

4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade

No domínio da comunicação e prestação de serviços à comunidade, os objetivos estratégicos do Banco de Portugal contemplam o desenvolvimento de uma política de comunicação transparente e de rigor com a comunidade financeira e com outras entidades nacionais e internacionais, com os *media* e com a sociedade em geral. A par destes objetivos, o Banco procura otimizar os serviços prestados à comunidade, em particular na disponibilização de informação económica e estatística. No relacionamento com a comunidade, o Banco atribui importância à promoção da responsabilidade social e sustentabilidade ambiental, áreas em que se desenvolveram algumas iniciativas em 2011.

Na comunicação externa, o Banco de Portugal privilegiou a utilização dos respetivos sítios na internet. No sítio institucional dá-se a conhecer a organização, missão, funções e atividades do Banco e são publicados os respetivos comunicados e intervenções públicas. Por sua vez, o Portal do Cliente Bancário (PCB) constitui um meio privilegiado para a promoção de informação e formação financeira dos clientes bancários e para a prestação de serviços ao público. Ambos os sítios foram objeto de reformulação e de alargamento da informação prestada, tendo os números dos acessos crescido significativamente em relação a 2010. O empenho na promoção da transparência e de uma maior interação com a comunidade reflete-se também no número de comunicados e de intervenções públicas do Banco em diversos fora nacionais e internacionais, que registou um acréscimo de cerca de 30 por cento face a 2010.

Considerações finais

O contexto em que vivemos em 2011 foi complexo e pleno de desafios. Os tempos que se avizinham não o são menos.

Na Europa, temos de ir mais longe e criar um quadro institucional que garanta que não apenas a política monetária, mas também as políticas orçamentais e para o setor financeiro são adequadas para a área do euro como um todo. Precisamos de uma união bancária para superar a fragmentação da união monetária e os obstáculos à transmissão da política monetária. Precisamos também de um conjunto comum de regras orçamentais e instituições para salvaguardar a estabilidade da união monetária. As medidas já adotadas em 2011 e no início de 2012 no sentido do reforço da governação económica, bem como as propostas atualmente em cima da mesa são passos importantes nessa direção. Mas, naturalmente, a tarefa de reformar as instituições europeias e a governação está apenas a começar.

No caso concreto de Portugal, as medidas e objetivos de estabilidade financeira do Programa de Assistência Económica e Financeira estão no bom caminho. Mas os desafios continuam a ser consideráveis e não há espaço para complacência. Conjugando as crescentes necessidades de capital com requisitos de desalavancagem, ao mesmo tempo que se tenta evitar uma contração acentuada do crédito à economia é uma missão que exige um equilíbrio delicado entre “ciência e arte” no processo de condução da política económica e financeira.

Numa análise prospetiva, é essencial que, à medida que prossegue a desalavancagem, os bancos continuem a assegurar um nível de financiamento adequado aos setores e empresas mais produtivos da economia. As estratégias de desalavancagem dos bancos devem, assim, continuar a centrar-se na venda de ativos não estratégicos, bem como na venda de créditos, numa maior utilização de fontes de financiamento estáveis e no reforço do capital. A concretização dos objetivos de consolidação orçamental e a reestruturação bem sucedida do Setor Empresarial do Estado são, igualmente, essenciais para evitar um efeito de “crowding-out” do crédito ao setor produtivo.

Não vos tomarei mais tempo. Para concluir, gostaria apenas de sublinhar que a crise financeira nos proporcionou muitas lições e trouxe alterações significativas ao funcionamento do sistema financeiro. As autoridades de supervisão a nível mundial têm vindo a envidar esforços para reforçar a resiliência do sistema financeiro. Estou plenamente confiante de que Portugal se encontra na vanguarda destes

esforços. Estou igualmente convicto de que o Banco de Portugal está agora muito mais bem equipado para “ver a floresta e as árvores” e para agir com determinação em caso de ‘fogo’.

DRAFT